

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	7
10.2 - Resultado operacional e financeiro	20
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	21
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	22
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	29
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	30
10.8 - Plano de Negócios	31
10.9 - Outros fatores com influência relevante	32

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5. Riscos de mercado****5.1 Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros.**

A CASAN expõe-se ao risco de perdas em decorrência de oscilações em variáveis econômicas e financeiras, como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e commodities.

Riscos relacionados à variação cambial

A CASAN está exposta às variações nas taxas de câmbio do Real em relação ao Euro e ao Iene já que entre seus passivos encontram-se empréstimos e financiamentos nessas moedas.

No caso de desvalorização do Real em relação à moeda estrangeira em que a dívida esteja registrada, a CASAN incorrerá em prejuízo monetário em relação a tal dívida.

Em 31 de dezembro de 2011 a CASAN possuía dívidas em moeda estrangeira de curto e longo prazos totalizando no curto prazo R\$9.315 correspondente a 4,24% das dívidas de curto prazo e, no longo prazo R\$36.521 correspondente a 4,62% das dívidas de longo prazo.

A CASAN tem buscado reduzir a exposição à moeda estrangeira efetivando operações em Reais, inclusive com entidades estrangeiras, a exemplo do empréstimo obtido com o International Finance Corporation – IFC. Além disso, prioriza a assunção de novas dívidas junto a entidades que possam lhe oferecer baixo custo e longo prazo. A CASAN não mantém operações de “hedge” ou “swap”.

Risco da taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da CASAN incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados ou diminuem a receita financeira oriundas das aplicações financeiras da Companhia.

A CASAN não possui instrumentos de proteção contra as taxas de juros. Contudo, investe o saldo do fluxo de caixa em operações de curto prazo através de instituição financeira controlada pelo Governo Federal. Dessa forma, a exposição da CASAN às taxas de juros é parcialmente limitada pelo ganho nos investimentos de curto prazo, normalmente remunerados com base na variação da Taxa DI.

Risco de crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de títulos de investimento.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações de seus passivos financeiros liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Na administração de liquidez, a abordagem da CASAN é de garantir o máximo possível que exista liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou danos diversos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Há que se observar a possibilidade de ocorrência de risco de liquidez em decorrência do risco cambial já que em alguns casos o recebimento de valores emprestados por organizações estrangeiras é feito em outra moeda e está sujeito à variação cambial. Assim, ocorrendo diferença desfavorável no recebimento de valores em virtude do câmbio, haverá a necessidade de aumento da contrapartida paga pela CASAN e, conseqüentemente, diminuição da liquidez da companhia.

Dentre os empréstimos ativos na Companhia está sujeito a este risco o empréstimo obtido junto ao Japan International Cooperation Agency – JICA. Os demais empréstimos internacionais obtidos pela CASAN foram totalmente desembolsados excluindo este risco.

Outro ponto a ser observado é que a falha no cumprimento de obrigações contratuais por parte de clientes ou contraparte em um instrumento financeiro, além do risco de crédito, pode ocasionar o risco de liquidez, em especial, no que diz respeito à renovação das concessões.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos, indicando:**

- a) riscos para os quais se busca proteção.***
- b) estratégia de proteção patrimonial (hedge).***
- c) instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).***
- d) parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.***
- e) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.***
- f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.***
- g) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.***

A CASAN não mantém uma estrutura específica de controle de gerenciamento de riscos, como também não realiza operações de “hedge”.

E na busca de reduzir os desembolsos financeiros, a Companhia busca gerenciar suas dívidas de forma a negociar a trocar das dívidas existentes por dívidas de menor custo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos de mercado a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

Não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. Comentários dos diretores****10.1 Os diretores devem comentar sobre:****a) condições financeiras e patrimoniais gerais.**

Uma gestão marcada pela austeridade no controle de gastos e na busca de uma maior eficiência na prestação dos serviços permitiu que a empresa registrasse no período de 2004 a 2011 lucros acumulados no montante de 179,2 milhões.

Demonstramos a seguir os principais indicadores dos últimos oito anos.

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Ativo Total (AT)	1.219.155	1.255.355	1.317.447	1.383.808	1.446.722	1.606.574	1.721.817	2.288.511
Patrimônio Líquido (PL)	678.852	711.304	736.064	788.034	989.918	1.018.276	1.003.738	1.277.898
Receita Operacional Líquida (ROL)	330.742	341.975	355.102	379.319	415.968	466.326	489.036	539.155
Lucro Líquido (LL)	20.618	32.418	24.760	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904
Endividamento Geral (PC + ELP)/AT	44,30%	43,30%	44,10%	43,10%	31,50%	36,60%	41,11%	44,16%
Ebtida	87.391	91.228	86.086	144.911	78.824	90.508	27.498	75.903
Ebit	52.603	55.514	58.156	113.711	45.918	56.260	-11.512	37.748
Geração de Caixa	105.098	110.372	59.291	152.875	-65.720	64.892	26.262	15.002
Endividamento Financeiro (EF/AT)	17,30%	14,60%	10,40%	8,90%	9,10%	13,90%	12,12%	11,30%
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	38,40%	43,70%	27,70%	28,30%	30,20%	12,10%	13,12%	41,92%
Lucratividade Bruta (LB/ROL)	26,10%	30,50%	38,20%	40,30%	30,00%	66,20%	67,07%	65,98%
Lucratividade Operacional (LO/ROL)	1,90%	11,70%	8,50%	13,50%	7,20%	7,60%	-7,87%	1,66%
Lucratividade Líquida (LL/ROL)	6,20%	9,50%	7,00%	14,30%	4,40%	7,00%	-2,35%	1,47%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	3,00%	4,60%	3,40%	6,90%	1,80%	3,20%	-1,14%	0,62%
Liquidez Geral (AC+RLP)/(PC+ELP)	0,21%	0,24%	0,26%	0,73%	0,98%	1,02%	0,94%	53,33%
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,39%	0,40%	0,48%	0,52%	1,02%	1,37%	1,73%	123,35%
Impostos/Faturamento	8,40%	10,90%	11,80%	13,80%	12,20%	12,70%	11,30%	9,47%

Fonte: Balanços Contábeis e Demonstrativos de Resultados – DF/GCT (*) Impostos – COFINS + PASEP + IR + CSL

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**i) hipóteses de resgate****ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.**

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela abaixo indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em milhões R\$	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011
Dívida total	223.476	208.702	258.622
Caixa e aplicações financeiras	24.941	29.951	72.345
Dívida Líquida	198.535	178.751	186.277
EBITDA	90.508	27.498	75.903
Índice Dívida Total/EBITDA	2,47	7,59	3,41
Índice Dívida Líquida/EBITDA	2,19	6,50	2,45

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, Banco Prósper, International Finance Corpotion – IFC e KFW.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do “float” da arrecadação nos agentes credenciados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:****i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.**

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante			Passivo não Circulante			Encargos anuais ponderados
	2011	2010	2009	2011	2010	2009	
<u>Operações no Exterior:</u>							
International Finance Corporation - IFC	8.456	-	-	33.191	-	-	IPCA a.a fixo 7,60% + tx juros a.a 3,50% 4,5% var. cambial
Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW	859	781	884	3.330	3.781	5.138	
	9.315	781	884	36.521	3.781	5.138	
<u>Operações no país:</u>							
Caixa Econômica Federal - CEF	11.588	14.557	13.923	40.937	49.380	61.132	9,87% + TR IPCA 12% a.a
Prosper	87.500	-	-	72.761	140.202	71.605	
	99.088	14.557	13.923	113.698	189.582	132.737	
	108.403	15.338	14.807	150.219	193.363	137.875	

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 2,4331 em 30 de dezembro de 2011 (R\$ 2,2130 em 31 de dezembro de 2010);

b) Em 31 de dezembro de 2011, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2035;

Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

International Finance Corporation

O empréstimo obtido com a IFC foi firmado no dia 07/10/2010 no valor de BRL 40.000 milhões, com taxa de juros de 3,5% ao ano + 6,6% ao ano (IPCA atualizado anualmente), num total de 81 meses, com período de carência de 21 meses. Pagamento do serviço da dívida trimestral, iniciando em 15/07/2012 e carência em 15/10/2011.

Banco Prosper

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 02 anos e prazo total de 07 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano.

Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas.

Agente Financeiro	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano e Inferior a 3 anos	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos	Superior a 5 anos	Total
CEF	11.588.351,86	21.118.646,12	11.653.269,87	8.164.883,07	52.525.150,92
GOV DO ESTADO	8.418.839,85	15.368.400,48	15.368.400,48	50.587.651,58	89.743.292,39
KfW	833.843,03	1.667.686,06	1.667.685,84		4.169.214,93
BANCO PROSPER	22.500.000,00	70.000.000,00	65.459.999,99	12.500.000,00	170.459.999,99
IFC	3.808.000,00	15.232.000,00	15.232.000,00	5.728.000,00	40.000.000,00

Data base: 31/12/2011

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**Contrato:**

Diversos contratos de Financiamentos, totais de quarenta e nove (49), distribuído em diversos municípios.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Agente Financiador:**

Caixa Econômica Federal (CEF).

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Caixa Econômica Federal (CEF).

Data:

1990 a 1998.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:**Interveniência do Estado e Município:**

Como interveniente anuente, o Estado de Santa Catarina, na qualidade de controlador do poder acionário da CASAN obriga-se desde já, pelo presente, em caso de uma futura privatização do ora Mutuário, a incluir no instrumento editalício da privatização, cláusula contendo a exigência de que o licitante vencedor da concorrência deverá assumir a obrigações da Concessionária original, ora Mutuário, referentes as dívidas relativas a investimentos nos respectivos sistemas, inclusive quanto a manutenção das receitas tarifárias, dadas em garantia da presente operação.

Na hipótese de diminuição da garantia ora pactuada a valor inferior a 3 (três) vezes a soma dos valores dos encargos mensais, relativos as dívidas garantidas, obriga-se, o mutuário, a outorgar ao Agente Financeiro, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, outra garantia que complemente ou substitua a existente, após prévia anuência do Agente Financeiro, sob pena do vencimento antecipado da dívida e do vencimento antecipado da dívida e exigibilidade.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela companhia junto ao referido banco, com a interveniência do estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

operação, a companhia ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não Há

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não Há

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato: 27233

Agente Financiador:

IFC - International Finance Corporation

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e IFC – International Finance Corporation

Data:

07/10/2010

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:***

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados***Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:***

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não Há

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não Há

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Für Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Für Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

Contrato: 27233

Agente Financiador:

IFC - International Finance Corporation

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Partes:**

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e IFC – International Finance Corporation

Data:

07/10/2010

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

f) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Agente Financeiro	Contratos	Valor do Contrato	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Total	%	Total	%
Partes Relacionadas ao Governo do Estado	PAC I - Programa de Aceleração do Crescimento, destinados a execução de obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	150.475.807,16	88.025.572,07	58,50%	62.450.235,09	41,50%
* JICA	BZ-P16 – Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina	350.696.060,00	0,00		350.696.060,00	100%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	SES Laguna	25.842.709,36	0,00		25.842.709,36	100%
TOTAL		527.014.576,52	88.025.572,07	16,70%	438.989.004,45	83,29%

Data base: 31/12/2011

* Taxa Ienes utilizada ref. 31/12/2011 (0,02431)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2011 em relação à 31/12/2010:

Item	dez-10	AV	dez-11	AV	AH
Disponibilidades	11.563.102	0,67%	9.161.186	0,40%	-20,77%
Títulos e valores mobiliários	18.387.707	1,07%	63.183.645	2,76%	243,62%
Contas a receber de clientes	89.761.712	5,21%	104.821.902	4,58%	16,78%
Partes Relacionadas	2.772.862	0,16%	3.841.886	0,17%	38,55%
Estoques	20.610.520	1,20%	27.061.133	1,18%	31,30%
Outros	34.943.731	2,03%	62.890.118	2,75%	79,98%
Total [Ativo Circulante]	178.039.634	10,34%	270.959.870	11,84%	52,19%
Contas a receber de clientes	7.334.900	0,43%	6.770.440	0,30%	-7,70%
Depósitos Judiciais	65.114.323	3,78%	88.531.746	3,87%	35,96%
Ativo fiscal diferido	77.433.761	4,50%	76.558.270	3,35%	-1,13%
Ativos municipalizados a receber	343.776.907	19,97%	96.152.080	4,20%	-72,03%
Total [Realizável a longo Prazo]	493.659.891	28,67%	268.012.536	11,71%	-45,71%
Investimentos	303.589	0,02%	303.589	0,01%	0,00%
Imobilizado Técnico	1.177.751.895	68,40%	74.099.187	3,24%	-93,71%
Depreciação Acumulada	-394.255.865	-22,90%	-45.662.224	-2,00%	-88,42%
Intangível	0	0,00%	2.019.406.426	88,24%	
amortização Acumulada	0	0,00%	-466.925.230	-20,40%	
Obras em Andamento	260.128.461	15,11%	162.605.010	7,11%	-37,49%
Estoques	6.189.609	0,36%	5.711.545	0,25%	-7,72%
Total [Ativo Permanente]	1.050.117.689	60,99%	1.749.538.303	76,45%	66,60%
Total [Ativo não circulante]	1.543.777.580	89,66%	2.017.550.839	88,16%	30,69%
Total [Ativo]	1.721.817.214	100,00%	2.288.510.709	100,00%	32,91%
Empréstimos e financiamentos	27.379.423	1,59%	108.402.970	4,74%	295,93%
Partes Relacionadas - Sec Fazenda Estado	1.399.749	0,08%	16.595.426	0,73%	1085,60%
Fornecedores e empreiteiros	17.028.602	0,99%	24.747.892	1,08%	45,33%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	45.370.041	2,63%	50.307.463	2,20%	10,88%
Impostos e Contribuições à recolher	5.889.504	0,34%	13.708.647	0,60%	132,76%
Dividendos Propostos	213	0,00%	2.431.245	0,11%	1141329,58%
Participação em Resultados	26.136	0,00%	904.316	0,04%	3360,04%
Outros	6.058.552	0,35%	2.566.512	0,11%	-57,64%
Total [Passivo Circulante]	103.152.220	5,99%	219.664.471	9,60%	112,95%
Empréstimos e financiamentos	181.322.683	10,53%	150.219.276	6,56%	-17,15%
Partes Relacionadas - Sec Fazenda Estado	69.560.647	4,04%	80.371.174	3,51%	15,54%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	49.504.393	2,88%	50.644.041	2,21%	2,30%
Impostos e Contribuições à recolher	40.420.783	2,35%	76.003.927	3,32%	88,03%
Imposto de Renda e Contribuição social diferidos	61.310.324	3,56%	222.217.420	9,71%	262,45%
Provisão para contingências	132.506.735	7,70%	124.212.562	5,43%	-6,26%
Plano Previdenciário e assistencial	69.955.037	4,06%	75.186.941	3,29%	7,48%
Outros	67.085	0,00%	67.908	0,00%	1,23%
Total [Exigível a longo prazo]	604.647.687	35,12%	778.923.249	34,04%	28,82%
Total [Passivo Não Circulante]	604.647.687	35,12%	778.923.249	34,04%	28,82%
Total [Resultado de exercícios futuros]	10.279.039	0,60%	12.025.060	0,53%	16,99%
Capital Social	824.466.638	47,88%	842.266.638	36,80%	2,16%
Reserva de reavaliação	119.014.160	6,91%	116.798.377	5,10%	-1,86%
Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0,00%	255.686.620	11,17%	
Reserva Legal	2.683.706	0,16%	3.078.887	0,13%	14,73%
Reservas de lucros a realizar	34.477.770	2,00%	41.740.941	1,82%	21,07%
Créditos p/ futuro aumento de capital	23.125.994	1,34%	18.326.466	0,80%	-20,75%
Total [Patrimônio líquido]	1.003.768.268	58,30%	1.277.897.929	55,84%	27,31%
Total [Passivo]	1.721.847.214	100,00%	2.288.510.709	100,00%	32,91%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Ativo****Ativo Circulante:**

O Ativo Circulante aumentou 52,19%, passando de R\$ 178,0 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 270,9 milhões em 31 de dezembro de 2011. O acréscimo deve-se ao significativo aumento nas rubricas Títulos e valores mobiliários e Outros Créditos a Receber. A primeira rubrica trata-se das aplicações financeiras da empresa que passaram de R\$ 18,3 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 63,1 milhões em 31 de dezembro de 2011. A segunda rubrica está representada por créditos a receber do Governo do Estado de Santa Catarina para aplicação em obras da Barragem do Rio do Salto. O valor da conta passou de R\$ 850 mil em 31/12/2010 para R\$ 8,4 milhões em 31/12/2011.

Realizável a Longo Prazo:

O realizável a longo prazo diminuiu em 54,29% na comparação entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2011, passando de R\$ 493,6 milhões para R\$ 268,1 milhões. Esta variação foi ocasionada pela aplicação de *impairment* na conta de Ativos Municipalizados a Receber.

Permanente:

O ativo permanente cresceu 66,60%, atingindo R\$ 1.749,5 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado aos R\$ 1.050,1 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este aumento deve-se ao crescimento do Imobilizado no período, ocasionado por adições de R\$ 73,3 milhões nas contas terrenos, construção civil, equipamentos, equipamentos de transporte, móveis e utensílios, obras em andamento, e ao ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 734,9 milhões.

Passivo**Circulante:**

O passivo circulante aumentou 112,95% no período, passando de R\$ 103,1 milhões em 2010 para R\$ 219,7 em 31 de dezembro de 2011. O acréscimo foi motivado pela constituição de provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Não Circulante ou Exigível a Longo Prazo:

O passivo não circulante foi acrescido de 28,82% atingindo R\$ 778,9 milhões em 31 de dezembro de 2011, comparado aos R\$ 604,6 milhões em 31 de dezembro de 2010. Este acréscimo deve-se principalmente aos incrementos nos valores atribuídos às provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, referente Ajustes de Avaliação Patrimonial.

Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2011, o patrimônio líquido da CASAN, atingiu o montante de R\$ 1.277,8 milhões, comparado aos R\$ 1.513,0 milhões apurados em 31 de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2010. Esta redução decorre dos Ajustes de Avaliação Patrimonial da conta Ativos Municipalizados a Receber.

Resultado do exercício encerrado em 31/12/2011 em relação ao resultado do exercício encerrado em 31/12/2010:

Item	2010	AV	2011	AV	AH
Tarifas de água	445.691.204	82,74%	481.009.051	80,97%	7,92%
Tarifas de esgoto	76.397.942	14,18%	95.439.541	16,07%	24,92%
Outras	16.554.825	3,07%	17.609.332	2,96%	6,37%
Total [Receita Bruta]	538.643.971	100,00%	594.057.924	100,00%	10,29%
Deduções da Receita	(49.607.849)	-9,21%	(54.902.803)	-9,24%	10,67%
Receita Operacional Líquida	489.036.122	90,79%	539.155.121	90,76%	10,25%
Custo dos Serviços Prestados	(161.060.160)	-29,90%	(183.407.025)	-30,87%	13,87%
Lucro Bruto	327.975.962	60,89%	355.748.096	59,88%	8,47%
Com vendas	(26.702.237)	-4,96%	(32.018.603)	-5,39%	19,91%
Gerais e Administrativas	(251.602.273)	-46,71%	(244.401.397)	-41,14%	-2,86%
Fiscais e tributárias	(389.951)	-0,07%	(50.525.224)	-8,51%	12856,81%
Total [Despesas Operacionais]	(278.694.461)	-51,74%	(326.945.224)	-55,04%	17,31%
Receitas operacionais	31.967.648	5,93%	15.840.718	2,67%	-50,45%
Despesas operacionais	(92.762.664)	-17,22%	(6.896.071)	-1,16%	-92,57%
Total [Outras Receitas (Despesas) Operacionais]	(60.795.016)	-11,29%	8.944.647	1,51%	-114,71%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	(11.513.515)	-2,14%	37.747.519	6,35%	-427,85%
Receitas financeiras	4.578.682	0,85%	11.737.052	1,98%	156,34%
Despesas financeiras	(31.575.470)	-5,86%	(40.540.816)	-6,82%	28,39%
Total [Resultado Financeiro]	(26.996.788)	-5,01%	(28.803.764)	-4,85%	6,69%
Lucro Operacional	(38.510.303)	-7,15%	8.943.755	1,51%	-123,22%
Receitas não operacionais	0	0,00%	939.812	0,16%	0,00%
Despesas não operacionais	(765.751)	-0,14%	(34.155)	-0,01%	-95,54%
Total [Resultado não Operacional]	(765.751)	-0,14%	905.657	0,15%	-218,27%
Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	(39.276.054)	-7,29%	9.849.412	1,66%	-125,08%
Provisão para imposto de renda	(8.173.477)	-1,52%	(961.000)	-0,16%	-88,24%
Provisão para contribuição social	(3.099.886)	-0,58%	(372.479)	-0,06%	-87,98%
Imposto de renda e cont. social diferidos	1.274.781	0,24%	1.141.464	0,19%	-10,46%
Imposto de renda e cont. social ativo fiscal diferido	37.797.035	7,02%	(875.491)	-0,15%	-102,32%
Total [Impostos sobre o lucro]	27.798.453	5,16%	(1.067.506)	-0,18%	103,84%
Lucro Antes das Participações	(11.477.601)	-2,13%	8.781.906	1,48%	-176,51%
Participações em Resultados	0	0,00%	(878.181)	-0,15%	
Lucro Líquido do Exercício	(11.477.601)	-2,13%	7.903.725	1,33%	-168,86%
Quantidade de Ações	702.559.220		715.094.432		1,78%
Lucro por ações	-0,01634		0,01105		-167,66%

Receita:

A receita operacional líquida da CASAN aumentou R\$ 50,1 milhões, ou 10,25%, passando de R\$ 489 milhões em 2010 para R\$ 539,1 milhões em 2011. A receita bruta aumentou R\$ 55,1 milhões, ou 10,29%, passando de R\$ 538,6 milhões em 2010 para R\$ 594,0 milhões em 2011.

A receita bruta de vendas de água em 2011 aumentou 7,92%, passando de R\$ 445,6 milhões em 2010 para R\$ 481,0 milhões em 2011. Esse aumento deveu-se principalmente ao incremento de 2,51% nas ligações de água no período e ao reajuste de 5,41% aplicado nas tarifas de água em 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A receita bruta de esgoto em 2011 aumentou 24,92%, passando de R\$ 76,3 milhões em 2010 para R\$ 95,4 milhões em 2011. Houve um incremento de 19,51% no índice de cobertura de esgoto no período e, seguindo a equiparação da tarifa de esgoto à tarifa de água, o reajuste ocorrido foi de 5,41%.

Além disso, a receita com outros serviços de água e esgoto foi aumentada em 6,37% em 2011, passando de R\$ 16,5 milhões para R\$ 17,6.

Custo dos Serviços Prestados:

O custo dos serviços prestados pela CASAN em 2011 foi R\$ 22,3 milhões superior ao ano anterior, ou 13,87% maior, passando de R\$ 161,0 milhões em 2010 para R\$ 183,4 milhões em 2011. Como percentual da receita bruta, o custo dos serviços prestados aumentou 29,9% em 2010, para 30,87% em 2011.

Lucro Bruto:

Como resultado dos fatores comentados acima, o lucro bruto em 2011 aumentou R\$ 27,7 milhões, passando de R\$ 327,9 milhões em 2010 para R\$ 355,7 em 2011, ou seja, 8,47% de acréscimo. Como percentual da receita bruta, o lucro bruto reduziu de 60,89% em 2010 para 59,88% em 2011.

Despesas com Vendas:

As despesas com vendas em 2011 apresentaram aumento de R\$ 5,3 milhões, ou 19,91%, passando de R\$ 26,7 milhões em 2010 para R\$ 32,0 milhões em 2011. Como percentual da receita bruta, as despesas de vendas aumentaram de 4,96% em 2010, para 5,39% em 2011. O aumento em despesas com vendas deveu-se principalmente as Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Despesas Gerais e Administrativas:

Nas despesas gerais e administrativas houve uma redução de R\$ 7,2 milhões, ou 2,86%, passando de R\$ 251,6 milhões em 2010 para R\$ 244,4 milhões em 2011. Como percentual da receita bruta, as despesas gerais e administrativas diminuíram de 46,71% em 2010, para 41,14% em 2011.

Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Em 2011, o saldo líquido das outras receitas e despesas operacionais cresceu R\$ 70,6 milhões, ou 114,71%, passando de uma despesa líquida de R\$ 60,7 milhões em 2010 para uma receita líquida de R\$ 8,9 milhões em 2011. Este resultado positivo foi em decorrência de R\$ 81,0 milhões provisionados em 2010 na conta Causas cíveis.

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas (ou ganhos) cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com valores mobiliários (bonificações, dividendos e juros), descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a pagar e a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro de 2011 aumentou de R\$ 26,9 milhões em 2010 para R\$ 28,8 milhões de despesa líquida, ou 6,69% de incremento.

As despesas financeiras passaram de R\$ 31,5 milhões em 2010 para R\$ 40,5 milhões em 2011, ou 28,39% de aumento, enquanto as receitas financeiras saltaram de R\$ 4,5 milhões em 2010 para R\$ 11,7 milhões em 2011 ou 156,34% a mais.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social em 2011 apresentou um lucro de R\$ 9,8 milhões diante do resultado negativo de R\$ 39,2 milhões obtido em 2010.

Imposto de Renda e Contribuição Social:

O resultado líquido do imposto de renda e da contribuição social (incluindo os impostos diferidos) em 2011 ficou negativo em R\$ 1,0 milhões diante dos R\$ 27,7 milhões positivos apurados no exercício de 2010.

O Imposto de Renda corrente passou de R\$ 8,1 milhões em 2010 para R\$ 0,9 milhões em 2011, uma redução de 88,24%, o mesmo ocorrendo com a Contribuição Social, que passou de R\$ 3,0 milhões para R\$ 0,3 milhões com redução de 87,98%.

A redução no IRPJ e CSLL sobre Ativos Fiscais diferidos foram em decorrência da provisão para Causas Cíveis em 2010 no valor de R\$ 81,0 milhões.

Lucro Líquido:

Como resultado dos fatores descritos acima, o lucro líquido de R\$ 7,9 milhões apurado em 2011 foi 168,86% maior que o prejuízo de R\$ 11,4 milhões apurado em 2010. Como percentual da receita bruta, o resultado do exercício corresponde a 1,33%.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Os diretores devem comentar:****a) resultados das operações do emissor, em especial:**

- i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**
- ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

A recomposição tarifária no exercício de 2011, embora tenha sido da ordem de 5,41%, a receita bruta no mesmo período teve um crescimento da ordem de 10,29%, com um incremento de 42.234 economias residenciais (novas famílias) que foram atendidas com abastecimento de água, refletindo um índice de atendimento à população urbana na área de concessão da CASAN da ordem de 98,3%, o que significa praticamente a universalização do atendimento, acrescidos de 26.063 economias residenciais (novas famílias) que foram integradas a rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário e ainda a política intensiva de hidrometração, que permitiu que os índices mantivessem um patamar de mais 99% das ligações com hidrômetro.

A receita operacional líquida de R\$ 539,2 milhões em 2011, teve um acréscimo de 10,2% em relação ao ano de 2010.

Os custos dos serviços prestados (despesas de operação e manutenção) tiveram um acréscimo de R\$ 22,3 milhões o que representa um acréscimo de 13,87% em relação ao ano anterior, representado principalmente pelos aumentos nas despesas de pessoal, serviços prestados por terceiros, energia elétrica e material de tratamento.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Reajuste tarifário de 5,41% e um incremento de 32.473 novas ligações que foram atendidas com abastecimento de água, e de 11.761 novas ligações que foram integradas a rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O impacto no resultado financeiro foi da ordem de 6,7%, passando de (R\$ 27,0) milhões no ano de 2010, para (R\$ 28,8) milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável à Casan

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve.

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Os diretores devem comentar:****a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo conselho de administração no dia 16 de fevereiro de 2012 e não houve eventos subsequentes à data do balanço que devam ser registrados.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, a qual modificou certas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as Companhias de capital aberto.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449 ("MP nº 449/08"), convertida na Lei nº 11.941/09, que instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram a preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS). As demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram adotadas pela segunda vez na companhia de conformidade com as IFRS.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2011 foram auditadas pela Audimec Auditores Independentes S/S que emitiu parecer sem ressalva.

Opinião Sem Ressalva

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN em 31

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

1. Conforme descrito na nota explicativa nº 14, atendendo ao preconizado no Ofício de Alerta /CVM/SEP/GEA-5/Nº039/11 expedido pela Comissão de Valores Mobiliários em 13 de outubro de 2011, a Companhia implementou todas as determinações daquela autarquia, todo processo, inclusive o Laudo de Avaliação firmado pela Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas – FEPESE, foi aprovado pelo Conselho de Administração, e como determinam os estatutos e o regimento, tal procedimento será submetido à aprovação da Assembléia Geral Extraordinária – AGE a realizar-se em 19 de março de 2012.
2. Todo efeito do supracitado procedimento remontou a valores e saldos do exercício de 2010, já encerrado, conforme determinação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Nosso exame ficou adstrito aos fatos e fatos contábeis ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
3. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº 1, alínea (i) e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Transações em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

Provisões para contingências**a) Contingências trabalhistas**

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa),

com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 13.635 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 10.302 em 31 de dezembro de 2010) em face de eventuais perdas nesses processos.

b) Contingências cíveis

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Tramitam na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, no montante de R\$ 2.651; processo de execução judicial de mútuo em prol da FUCAS no montante de R\$ 100.000 e outros de natureza diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia no montante de R\$ 7.799. Estes processos ainda não possuem sentença judicial daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$110.450 em 31 de dezembro de 2011(R\$122.076 em 31 de dezembro de 2010), referem-se ao provisionamento referente ao processo 023.05.002648-0 (Embargos à Execução 023.05.031122-3), conforme descrito na nota explicativa nº19.

c) Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$128 em 31 de dezembro de 2011.

Ativo Financeiro

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota 1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 405,6 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

A CASAN está procedendo levantamento dos ativos nos municípios de Palhoça, Guaramirim, São João Batista, Ilhota, Fraiburgo, Itapoá e Sombrio, para posterior ingresso na justiça pleiteando as respectivas indenizações.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica "Ativo Financeiro".

Plano previdenciário/Benefícios a empregados**a) Benefícios previdenciários**

Os valores a serem reconhecidos no balanço patrimonial são como segue:

	<u>31 dez 2011</u>	<u>31 dez 2010</u>
<u>Plano CASANPREV</u>		
Valor presente das obrigações de benefício definido financiadas	112.251	95.824
Valor justo dos ativos do plano	(28.421)	(15.516)
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidos	<u>8.643</u>	<u>10.353</u>
 Passivo líquido a ser reconhecido para obrigações de benefício definido financiadas	 <u>75.187</u>	 <u>69.955</u>

Plano CASANPREV

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O número de participantes ativos em 31 de dezembro de 2011 era de 1.874.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União – seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**b) Participação nos lucros e resultados**

No Acordo Coletivo 2010/2011 foi aprovado que o montante a ser distribuído a título de participação dos empregados da Companhia é o equivalente a 5% dos lucros da Companhia.

Recebíveis

A CASAN entende ser recebíveis performados todo o faturamento mínimo devido por seus consumidores por todo o período da concessão estabelecida com cada município.

Considera-se performados estes recebíveis, por entender que a infra-estrutura de fornecimento de água e/ou esgoto está disponível para o consumidor e que mesmo sem consumo efetivo lhe será cobrado a tarifa mínima.

Utilizando-se a tarifa mínima vigente na Companhia para os serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto, estimam-se receitas no montante de R\$ 3.547.189 (em milhares de reais), para os contratos de concessões conforme demonstrativo:

Município	2010 a 2038
Florianópolis	1.213.398
São José	430.633
Chapecó	301.531
Criciúma (Gestão Associada)	206.399
Rio do Sul (Gestão Associada)	98.973
Concórdia	59.649
Penha	57.305
Bombinhas	47.085
Laguna (Gestão Associada)	43.669
Canoinhas (Gestão Compartilhada)	41.214
Outros	1.047.333
	<hr/>
	3.547.189

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:*****a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.***

Os controles internos da CASAN abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos seus registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os diretores consideraram plenamente satisfatório o grau de eficiência dos controles internos, com base na avaliação realizada e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente atenuados.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O trabalho da auditoria independente realizado na CASAN limita-se a expressar opinião sobre as demonstrações contábeis emitidas pela Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.***
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios***

A Casan não realizou nenhuma Oferta Publica de valores mobiliários, portanto não se aplicam os itens acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.***
- ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.***
- iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.***
- iv) contratos de construção não terminada.***
- v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.***

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.
- b) natureza e o propósito da operação.
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.